

**Reunião Ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES – realizada nos dias 25 e 26/07/2019, em Vitória – ES.**

**Dia 25/07**

1. Abertura da sessão pelo então Presidente da ANDIFES, professor Reinaldo Centoducatte, seguido pela fala de boas vindas da Vice-Reitora da UFES, Profa. Ethel Maciel;
2. Na sequência o professor Reinaldo concedeu a fala aos representantes sindicais e estudantis da UFES para leitura de uma nota conjunta daquelas entidades, que se posicionaram contra ao FUTURE-SE, por entenderem que esse projeto significa o fim da universidade pública, gratuita e de qualidade;
3. Em seguida os reitores começaram a discutir o FUTURE-SE:
  - I. Todos os reitores expressaram grande preocupação em ter que discutir o FUTURE-SE em um momento de grande restrição orçamentária. Além disso, destacaram que se trata de programa elaborado sem a participação dos reitores e da comunidade acadêmica e científica;
  - II. Algumas falas foram de completa rejeição ao texto atual e da necessidade da ANDIFES construir uma nova proposta;
  - III. Pontos comuns e reconhecidos como positivos na fala de todos: reafirmou-se que as universidades já vem fazendo captação de recursos externos e promovendo a internacionalização de suas ações e também investindo em inovação. Logo, não seria necessária uma OS para assumir a gestão. O ideal seria que a burocracia para as universidades avancem nessas questões fosse destravada;
  - IV. Como a maioria dos reitores ainda aguardam orientações da ANDIFES para iniciar as discussões internas, houve uma fala recorrente destacando a necessidade de solicitar ao MEC mais tempo para a realização da consulta pública e para o posicionamento da Associação;
  - V. Foi destacado que a OS retira a autonomia das IFES por meio de um modelo que não pode ser comparado ao da EBSEH. O modelo proposto é completamente privado e contraria a Constituição Federal, que concede às IFES a autonomia acadêmica, financeira e de gestão;
  - VI. Mencionou-se que o projeto ignora as metas estabelecidas pelo PNE e desconstrói o plano de carreiras de docentes e técnicos;
  - VII. Destacou-se a dificuldade da constituição de um fundo financeiro a partir da alienação de imóveis da União e das próprias IFES, uma vez que tal processo não é tarefa simples e que certamente vai enfrentar vários entraves jurídicos e burocráticos;
  - VIII. Ao final da sessão, o professor Reinaldo fez os seguintes encaminhamentos e considerações: (1) que não adianta solicitar mais tempo ao MEC, pois o projeto do FUTURE-SE está pronto e esse tempo é do MEC e não das IFES, (2) que a ANDIFES deve concentrar seus esforços junto à frente parlamentar em defesa das universidades e ao Presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia, (3) que não há como a ANDIFES elaborar uma orientação de como as IFES devem tomar

as suas decisões, mas que a Diretoria vai encaminhar às IFES orientações de princípios que são inegociáveis, tais como: (1) autonomia acadêmica, financeira e de gestão, (2) o cumprimento das metas do PNE e (3) a manutenção do papel social das IFES. Acrescentou ainda que as discussões devem ser abertas à comunidade e que devem envolver as representações sindicais e estudantis;

4. Encerrada a sessão, a Comissão de Orçamento, juntamente com o Coordenador do FORPLAD, se reuniu para tratar das questões de orçamento deste ano e traçar estratégias para trabalhar o orçamento 2020.

#### **Dia 26/07**

5. Iniciada a reunião fiz uma fala destacando que o grande desafio que se materializa seria o de conseguir trabalhar e equacionar, ao mesmo tempo, tudo que vem acontecendo. Destaquei que a área de pessoal foi bastante afetada no último ano, por meio de vários decretos e portarias do Ministério da Economia, tais como: (1) o Decreto que extingue 100% das FG de 4-9, (2) o Decreto que trava concurso público para técnico-administrativos e (3) a norma que define que concursos para docente continuam sendo guiados pelas regras do banco de professor equivalente, mas a nomeação depende de disponibilidade orçamentaria;
6. Considerando que no PLOA encaminhado ao Congresso não tem previsão de orçamento específico para a nomeação de pessoal, apesar do texto fazer referência ao banco de professor, destaquei que a Comissão de Orçamento deveria incluir na pauta um estudo orçamentário referente à nomeação de pessoal para o ano de 2020;
7. Destaquei também que o orçamento de pessoal era dado como certo, mas que, após a EC do teto de gastos, não há mais garantia. Sugeri que orçamento de pessoal fosse incluído na agenda do FORPLAD e da Comissão de Orçamento. Também, chamei a atenção para a necessidade de termos um estudo sobre o crescimento vegetativo da folha de pagamento das IFES, em razão do limite de gastos e por este crescimento ser maior do que a correção do orçamento. Finalizei sugerindo que o FORGEP e o FORPLAD trabalhem em uma agenda conjunta (orçamento e gestão);
8. Na sequência o Coordenador da Comissão de Orçamento fez um relato da reunião do dia anterior com os seguintes esclarecimentos/encaminhamentos:
  - I. Contingenciamento: sem abertura para negociação com a equipe do MEC, que coloca a responsabilidade dessa questão no Ministério da Economia. Sobre este ponto foi encaminhado que fosse elaborado um documento dirigido ao Governo Federal e que este documento fosse amplamente divulgado, de modo que a comunidade universitária tivesse a real ciência das dificuldades que as IFES enfrentam para honrar os seus compromissos financeiros, inclusive o pagamento de serviços essenciais, como, por exemplo, a da conta de energia elétrica. Esta seria uma medida preventiva para que os reitores não tenham que responder por má gestão, caso não consigam honrar todos os compromissos. Também, foi encaminhado que a ANDIFES busque uma agenda com o ME para tratar da questão;

- II. Orçamento 2020: não há previsão quanto ao valor. Segundo informações da equipe do MEC, o teto será o valor deste ano. Sobre este ponto, temos duas frentes:
- A Comissão de Modelo vai revisar os dados utilizados como referência; pois apesar do censo ter sido auditado, os dados referentes aos alunos equivalentes (graduação e pós -graduação) estão divergentes, gerando distorções no cálculo da matriz. Além disso, será solicitado, ao MEC, esclarecimentos sobre as causas dessas variações;
  - Sobre a matriz REUNI, o MEC entende que como a vigência do decreto que assegurava a suplementação orçamentaria para o REUNI acabou em 2014, não há base legal para continuar o repasse. Segundo os Coordenadores da Comissão e do FORPLAD não há espaço para negociação com o MEC. É necessário construir uma solução que assegure a incorporação desse orçamento na matriz OCC.
9. Em seguida, vários reitores falaram sobre as dificuldades enfrentadas e sobre os riscos que estão correndo, uma vez que estão reconhecendo dívidas sem a garantia do financeiro. Nesse ponto, foi encaminhado que a ANDIFES deve buscar o TCU e dar ciência sobre tal situação;
10. Quanto à conta de luz, foi orientado que por ser um serviço essencial, as IFES concentrem todos os esforços para realizarem este pagamento (recursos próprios, ações na justiça e etc). Também foi falado do acordo realizado com o Congresso para a liberação de recurso, o que não aconteceu;
11. Em seguida, foi apresentado o relatório da gestão;
12. Por fim, foi realizada a eleição com candidatura única do Prof. João Sales, Reitor da UFBA.